

Absurdos Inexplicáveis

Marcos Coimbra

15 de novembro de 2011

Após seis quedas (duas camufladas sob a forma de troca), em apenas dez meses de administração petista, está sendo batido um recorde mundial.

O significativo é estudar as causas desse fato. Outro ministro está na linha de fogo. Por oportuno, reportamo-nos a recente artigo, publicado pela imprensa, de autoria do trabalhista histórico Vivaldo Barbosa, ex-deputado federal e ex-secretário de Justiça na administração de Brizola, intitulado “Um partido que era limpo”.

A seguir, transcrevemos alguns trechos mais significativos do mesmo: “Agora, todos nós nos entristecemos diante destas notícias que envolvem diversas irregularidades no Ministério do Trabalho, onde se apontam ligações com o PDT. Nunca houve isto na história do PDT e do trabalhismo sadio”. “Esta situação que envolve o Ministério do Trabalho veio nos esclarecer por que a direção do PDT procurou desorganizar e desestruturar o partido”. “Há uma outra questão: há uma grande distorção ao envolver o Ministério do Trabalho com formação de mão de obra”. “Por outro lado, utilizar-se-iam os serviços e os servidores públicos, e mesmo as instituições particulares, mas que são destinadas ao ensino, e não as ONGs, muitas delas organizadas de forma precária, não habilitadas para a missão. Evitar-se-ia esse cenário de verbas para cá, verbas para lá, ONGs pra cá, ONGs pra lá”.

É uma competente descrição do ocorrido com o ainda ministro Lupi, também válida para a maioria dos outros casos de autoridades que saíram porque “pediram demissão”. E muitos ainda foram elogiados pela presidente. Parece que não fizeram nada. E somente caíram depois de sucessivas denúncias da imprensa, ainda acusada de “denuncismo”. O interessante é que os inúmeros órgãos de controle, segurança e inteligência, ou não perceberam as graves irregularidades havidas (incompetência), ou descobriram, comunicaram e as autoridades superiores ignoraram (conivência). A propósito, apenas as últimas declarações do ainda ministro são suficientes para sua imediata demissão. Chegou ao cúmulo de debochar abertamente de sua

superior, a qual está desmentindo a fama de “durona”, com sua inexplicável omissão.

E o pior é que, mesmo depois da saída de um ministro, é nomeado outro da mesma filiação partidária, com o evidente objetivo de manter a estrutura de arrecadação em vigor. Quem já militou em algum partido político ou foi candidato sabe a fortuna necessária para sustentar uma candidatura a qualquer cargo eletivo e sem garantia integral de êxito. Um candidato a vereador precisa do apoio financeiro de deputados estaduais, federais, prefeitos etc. para ser vitorioso. E os recursos necessários ultrapassam o patamar de milhões de reais. O mesmo fenômeno existe na via inversa. O postulante a deputado, estadual ou federal, necessita de uma rede de sustentação, a partir dos vereadores, além da cobertura dos candidatos majoritários. E estes precisam de uma verdadeira “teia de aranha” de apoios, conseguidos principalmente, através de argumentos econômico-financeiros. Imaginem quanto gasta um candidato a presidente da República. Ele precisa ter apoio nas candidaturas de candidatos a governador nos 27 Estados da Federação, com reais chances de vitória.

E é fator definitivo a colaboração generosa dos grandes segmentos empresariais: empreiteiras, bancos, financeiras, aglomerados industriais, comerciais etc. É evidente o fato de que quem financia vai exigir a contrapartida. Aí mora o perigo. Os poucos vencedores que não seguem esse roteiro, ou serão cooptados pelo sistema, ou quedarão imobilizados, como espécies em extinção, seres exóticos e solitários, cavaleiros andantes, ridicularizados pelos “especialistas” profissionais do ramo.

Poucos políticos, em especial os brasileiros, estão preocupados com os grandes problemas nacionais. Em nosso caso, a ameaça crescente de perda real da Amazônia, sem o disparo de nem um tiro sequer, a caótica situação da nossa infra-estrutura econômico-social (energia, transportes, comunicações, educação, saúde, ciência e tecnologia, segurança, principalmente), a fragilidade de nossas Forças Armadas em termos de verbas, equipamentos, atualização e auto-suficiência tecnológica, o descompasso entre o valor do nosso PIB, mesmo superdimensionado em dólares, com a taxa atual de câmbio, irreal, e nossos indicadores de desenvolvimento nacional, a perda da identidade nacional, o crescente abandono dos princípios e valores morais e éticos legados por nossa civilização, a expansão incontrolável do consumo de drogas, a perda da dignidade de nosso povo, a quebra da coesão social, a desindustrialização de nossa Economia e tantos outros.

Não é através de excrescências tais como a “reforma política” proposta pelos petistas, a famigerada comissão da verdade de um lado apenas (o dos perdedores), nem a prática do desarmamento civil e militar imposto de fora para dentro, que vai ser resolvida a problemática existente.

É um erro crucial a tentativa de punir integrantes das Forças Armadas pelo cumprimento de ordens recebidas. Por mais “disciplinada” e aparentemente controladas que estejam, não é conveniente tentar humilhá-las. Elas poderão reagir e as conseqüências serão imprevisíveis. Afinal, os soldados aprendem desde cedo que “Ninguém fica para trás”. Não podem quebrar os pressupostos da disciplina e da hierarquia, sob pena de transformação de uma Força Armada em um bando. A cadeia de comando também é outro imperativo da carreira das Armas.

Observações:

- 1) Artigo para o Monitor Mercantil de 15 de novembro de 2011.**
- 2) O autor é Professor de Economia, Conselheiro Diretor do CEBRES, autor do livro Brasil Soberano e Membro Fundador da Academia Brasileira de Defesa e Titular da Academia Nacional de Economia;**
- 3) As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não representam, necessariamente, o pensamento da Academia Brasileira de Defesa.**